

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Carmen Izabel Centena Gonzalez
Desembargadora do TRT da 4ª R – RS

“Sem entusiasmo – e nele incluo a cólera, - a humanidade não consegue atuar. Só com entusiasmo, porém, não se atua bem. É preciso ir além dele para que o trabalho seja eficaz; mas então – em situações de calma, - surgem obras que nascem dos períodos de entusiasmo. Quem se entusiasma em demasia não consegue realizar um bom trabalho; quem nunca se entusiasma, tampouco”.
Konstantinos Kaváfis

SUMÁRIO: Introdução; 1. Ética; 1.1. Conceitos de Ética; 1.2. Moral; 1.3. Ética e sua história; 1.3.1. Doutrinas Éticas; 2. Responsabilidade Social; Conclusão; Referências.

INTRODUÇÃO

É crescente o movimento pela ética e responsabilidade social nas organizações, tanto privada quanto pública. Multiplicam-se os eventos nacionais e internacionais com o objetivo de discutir conceitos, práticas e indicadores que possam efetivamente definir uma empresa ou instituição como cidadã.

Diante do quadro de pobreza, dos sérios problemas que vivemos em termos de educação, saúde, desemprego, violência e de ações que destroem o nosso ecossistema, é salutar que as organizações assumam o seu papel e contribuam eficazmente para o desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida do planeta. E que através deste movimento e do exemplo dos seus líderes contribuam para resgatar a ética no relacionamento humano, nos negócios e no serviço público.

Verifica-se, assim, uma tendência que começa a se concretizar em fatos que podem ensejar alguma esperança e otimismo no futuro, a partir da consciência, tanto dos líderes políticos e agentes públicos, quanto dos dirigentes e profissionais de empresas, que prezam a ética em suas relações, chegando nos cidadãos que querem consumir com a certeza de que estão contribuindo com uma boa causa e esperam que os poderes públicos tenham como opção política o respeito aos princípios éticos que devem nortear a prestação do serviço público.

Assim, ao iniciar um trabalho que envolve ética como objeto de estudo, é importante estruturar a pesquisa, como segue:

Inicialmente apresento os conceitos de ética e moral, bem como a sua evolução histórica, para no capítulo seguinte tratar da responsabilidade social e suas doutrinas e, finalmente, no terceiro e último capítulo, tecer as considerações finais sobre o tema.

1. ÉTICA

Neste capítulo, são elencados com base na literatura disponível e como suporte teórico à questão a ser tratada, abordagens referentes aos conceitos de ética e moral na visão de diversos autores e sua história.

1.1 Conceitos de Ética

Conforme Maximiano (2004), a ética é a disciplina ou campo do conhecimento que trata da definição e avaliação do comportamento de pessoas e organizações. A ética lida com o que pode ser diferente do que é, da aprovação ou reprovação do comportamento observado em relação ao comportamento ideal. O comportamento ideal é definido por meio de um código de conduta, ou código de ética, implícito ou explícito.

Na visão de Nadas (2008), ética é a ação. É a maneira de pôr em prática os valores morais. É um sistema de balizamento ou de codificação para ser usado na tomada de decisões. É a forma de traduzir a moral em atos.

A ética seria então uma espécie de teoria sobre a prática moral, uma reflexão teórica que analisa e critica os fundamentos e princípios que regem um determinado sistema moral (RODRIGUEZ, 2005).

De acordo com Queiroz *et al* (2005), a ética é uma característica inerente a toda ação humana e, por esta razão, é um elemento vital na produção da realidade social. Todo homem possui um senso ético, uma espécie de “consciência moral”, estando constantemente avaliando e julgando suas ações para saber se são boas ou más, certas ou erradas, justas ou injustas.

Para Reale (1999, *apud* OUVIRES, 2006), afirma que a ética é a ciência normativa dos comportamentos humanos.

Moreira (1999), define ética como o estudo geral do que é bom ou mal, para ele um dos objetivos da ética é à busca de justificativa para as regras propostas pela moral.

1.2 Moral

No dicionário de Aurélio, Ferreira (2005), conceitua moral como conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada.

A moral, segundo Nadas (2008), é basicamente, uma ordenação, uma hierarquia de valores. O que é realmente mais importante para mim? Qual é o ideal, quais são as idéias que dirigem a minha vida, qual é o sentido que dou a ela? O que eu considero positivo ou negativo para mim? Afinal, qual é a distinção que faço entre o bem e o mal? Estas definições serão determinantes na minha busca da felicidade.

Ainda de acordo com o mesmo autor, a moral, sendo ordenação de valores, orienta os posicionamentos que assumimos em função das decisões que tomamos a cada instante de nossa vida. Esses posicionamentos têm papel fundamental na vida da sociedade como um todo.

Conforme Maximiano (2004), os valores éticos antigos convivem com os mais novos e avançados. A obediência aos valores mais avançados continua a ser opção de indivíduos e grupos, uma vez que há quem prefira ficar com os valores mais atrasados. As organizações, por meio de seus líderes, também fazem opções, permitindo situá-las numa escala de valores. Uma das escalas disponíveis propõe três níveis ou estágios de valores, chamados estágios de desenvolvimento moral: pré-convencional, convencional e pós-convencional. Esses são os estágios básicos, conforme veremos no quadro a seguir:

Estágio pré-convencional da ética	• Não há regras. O mundo é dos espertos.
Estágio convencional da ética	• Obediência às regras, por conveniência. Ética das convenções.
Estágio pós-convencional da ética	• Idealismo moral. • As regras são seguidas por convicção e não por obrigação.

Quadro 1 – Três estágios do desenvolvimento moral.

1.3 Ética e sua História

De acordo com Maximiano (2004), muitos filósofos se debruçaram sobre as questões morais e produziram contribuições muito importantes sobre o tema. Veremos a seguir as contribuições que Platão, Aristóteles, Sócrates, Kant e outros grandes filósofos deram à discussão sobre a moral. Mas, para entendermos a postura frente aos problemas éticos faz-se necessário uma análise das matrizes culturais, que no ocidente estão estabelecidas nas tradições greco-romanas e judaico-cristãs. Por essa razão é importantíssima a análise de algumas doutrinas éticas que proporcionarão um embasamento teórico ao trabalho.

1.3.1 Doutrinas Éticas

Maximiano (2004), parte do princípio que a história da ética teve sua origem, na antiguidade grega, através de Aristóteles e suas idéias sobre a ética e as virtudes éticas. Na Grécia, porém, mesmo antes de Aristóteles, já é possível identificar traços de uma abordagem com base filosófica para os problemas morais e até entre os filósofos conhecidos como pré-socráticos encontramos reflexões de caráter ético, quando buscavam entender as razões do comportamento humano. Muitos filósofos, desde a Antiguidade, têm participado da construção de sistemas de valores. A seguir são consideradas algumas delas:

a) Sócrates: considerou o problema ético individual como o problema filosófico central e a ética como sendo a disciplina em torno da qual deveriam girar todas as reflexões filosóficas. Para ele ninguém pratica voluntariamente o mal.

b) Aristóteles: sua ética é definida em termos dos “fins do ser humano”. Os fins das pessoas são não apenas seus objetivos de curto prazo e seus projetos de vida. As pessoas têm um fim intrínseco, que é a felicidade. A razão e a virtude são os meios para alcançar a felicidade, que é uma propriedade da alma. A ética de Aristóteles está ligada a suas concepções políticas.

c) *Platão*: Sua metafísica era a do dualismo entre o mundo sensível e o mundo das idéias permanentes, eternas, perfeitas e imutáveis, que constituíam a verdadeira realidade e tendo como cume a idéia do bem, divindade, artífice do mundo. A ética de Platão está relacionada intimamente com sua filosofia política, porque para ele, a polis é o terreno próprio para a vida moral. Assim ele buscou um estado ideal, um estado-modelo, utópico, que era constituído exatamente como o ser humano. Assim o corpo possui cabeça, peito e baixo-ventre, também o estado deveria possuir, respectivamente, governantes, sentinelas e trabalhadores. O bom estado é sempre dirigido pela razão. A ética platônica exerceu grande influência no pensamento religioso e moral do ocidente.

2. RESPONSABILIDADE SOCIAL

O assunto em questão está em evidência e pode ser considerado como uma tendência no mundo, tanto nas instituições privadas quanto públicas. Mas, afinal, o que é a denominada Responsabilidade Social?

Conforme Bom Júnior (2003), Responsabilidade Social pode ser definida como sendo uma obrigação da organização de atuar de modos que sirvam tanto aos seus próprios interesses, quanto ao seu público externo; ou seja, é tomar decisões e ações que irão contribuir para um melhor bem-estar, como também para os interesses da própria organização e da sociedade.

Na ótica de Maximiano (2004), a responsabilidade social das organizações e o comportamento ético dos administradores estão entre as tendências mais importantes que influenciam a teoria e a prática da administração no início do terceiro milênio. O debate sobre a ética e a responsabilidade social é muito antigo e acentuou-se devido a problemas como poluição, corrupção, desemprego e proteção dos consumidores, entre muitos outros que envolvem as **organizações, públicas ou privadas**.

De acordo com o mesmo autor, muito da discussão sobre a ética na administração tem sua origem na opinião de que as organizações têm responsabilidades sociais – elas têm a obrigação de agir no melhor interesse da sociedade. Portanto, devem pautar sua ação pelo princípio do estágio pós-convencional de desenvolvimento moral. Essa opinião representa uma ampliação da idéia da responsabilidade social dos indivíduos, idéia que, assim como toda a discussão sobre ética, é herança que a sociedade moderna recebeu da antiguidade clássica. No contexto da responsabilidade social, a ética trata essencialmente das relações entre pessoas. Se cada um deve tratar os outros como gostaria de ser tratado, o mesmo vale para as organizações. Ética, portanto, é uma questão de qualidade das relações humanas e indicador do estágio de desenvolvimento social.

Maximiano (2004), comenta que não há discussão sobre o fato de que as organizações, assim como os indivíduos, têm responsabilidades sociais, à medida que seu comportamento afeta outras pessoas e, querendo elas ou não, há pessoas e grupos dispostos a cobrar essas responsabilidades por meio do ativismo político, da imprensa, da legislação e da atuação nos parlamentos. Porém, há duas correntes a esse respeito, cada uma delas com argumentos muito fortes, conforme pode ser visto a seguir:

a) Doutrina da Responsabilidade Social

Essa corrente é a que reconhece a responsabilidade social das organizações de forma geral e das empresas em particular. Baseia-se na premissa de que as organizações são instituições sociais, que existem com autorização da sociedade, utilizam os recursos da sociedade e afetam a qualidade de vida da mesma. Segundo Maximiano (2004), um dos principais representantes dessa corrente é Andrew Carnegie, que publicou um livro no qual estabeleceu os dois princípios da responsabilidade social corporativa: caridade e zelo. Esses princípios baseavam-se numa visão paternalista do papel do empresário em relação aos empregados e aos clientes. Vejamos:

- *Princípio da Caridade*: esse princípio, diz que os indivíduos mais afortunados da sociedade devem cuidar dos menos afortunados, compreendendo desempregados, doentes, pobres e pessoas com deficiência física. Esses afortunados podem ser auxiliados diretamente ou por meio de instituições como igrejas, associações, não de sua empresa, e o indivíduo decide qual o valor da caridade que pretende praticar; e

- *Princípio do Zelo*: esse princípio estabelece que as empresas e os indivíduos ricos deveriam enxergar-se como depositários de sua propriedade. Segundo Carnegie, os ricos têm seu dinheiro com a confiança do restante da sociedade e podem usá-lo para qualquer finalidade que a sociedade julgar legítima. O papel da empresa é também aumentar a riqueza da sociedade, por meio de investimentos prudentes e uso cauteloso dos recursos sob sua responsabilidade.

A idéia da responsabilidade social, embora não seja nova, ganhou muita força quando a deterioração dos ecossistemas, provocada pela poluição, estimulou o debate sobre os benefícios e malefícios da sociedade industrial. Devido às pressões que nasceram decorrentes de grupos de ativistas, muitos países estabeleceram legislações severas sobre essas questões. A existência dessa legislação é um dos principais fatores que as empresas devem levar em conta ao tomar decisões que envolvem considerações de ordem ética.

b) Doutrina do Interesse do Acionista

De acordo com Maximiano (2004), a corrente alternativa da responsabilidade social propõe que as empresas têm obrigações, com seus acionistas. O representante mais conhecido dessa doutrina é Milton Friedman. Ele afirma que a principal responsabilidade das empresas é maximizar o lucro dos acionistas. De acordo com esse ponto de vista, a ética das decisões de negócios, consistem em procurar as alternativas que produzam mais dinheiro, porque essa diretriz promove a utilização mais eficiente e eficaz dos recursos individuais, organizacionais, sociais e ambientais.

Observa-se que tais doutrinas não contemplam as instituições públicas que prestam serviço público, mas apenas as instituições privadas, o que explica a ênfase no lucro e a preocupação com o entorno como meio para atingir aquele objetivo.

CONCLUSÃO

Esse trabalho ressalta a questão sobre a ética, moral e a responsabilidade social que deve permear não apenas as empresas e corporações privadas, mas também os agentes públicos em todas suas esferas, tendo em conta não apenas a crescente

economia num mercado que se globaliza, mas a busca do bem estar social, o que implica responsabilidade com o ecossistema e, em última análise, com a dignidade da pessoa humana.

Parece inarredável a conclusão de que o mundo empresarial deve conscientizar-se de que a ética é imprescindível para o seu desenvolvimento e crescimento no campo dos negócios, devendo valorizar tanto os clientes na relação adequada com o consumidor, quanto seus empregados com o cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais, além de não descuidar da responsabilidade social com o ecossistema.

Certamente há muito ainda que se investir no desenvolvimento desses valores nas instituições, tanto públicas quanto privadas, sendo razoável presumir que apenas as que tenham níveis de excelência na relação externa (consumidor-cidadão e ecossistema) e interna (empregador X empregado e administração pública X funcionários públicos), poderão contar com espaço para crescer e desenvolver-se no mundo globalizado em que vivemos. Ou seja, serão indispensáveis apenas as instituições socialmente responsáveis interna e externamente.

Nas instituições públicas, como é o caso do Tribunal que integro (Regional do Trabalho da 4ª Região), além da busca de eficiência com qualidade na prestação jurisdicional, tem suas sucessivas administrações buscando desenvolver ações sociais/ambientais que relaciono a seguir, como exemplo, do que se faz, aqui e agora, para que outro mundo seja possível:

- Doação de materiais inservíveis: entre 2006 e 2008, aproximadamente 9.000 itens foram doados pelo TRT, tais como móveis, computadores, impressoras e aparelhos condicionadores de ar, não mais utilizados, mas em bom estado, para cerca de 200 (duzentos) órgãos municipais, estaduais e federais e entidades sem fins lucrativos, entre elas: Escolas, Prefeituras, Brigada Militar, Polícia Civil, APAE, SUSEPE, Ministério do Exército, Procuradoria Regional do Trabalho e IBAMA;
 - Recolhimento de latas de alumínio em benefício de entidade filantrópica para benefício de PPDs;
 - Permuta de cartuchos de tinta/toner vazios por cartuchos novos;
 - Permuta de papel usado (destinado à reciclagem) por papel higiênico e papel toalha;
 - Permuta em 2008 de papel branco/misto reciclável, sucata de alumínio e ferro, por papel A4 Chamex reciclado;
- Permuta de sucatas de baterias (automotivas/nobreaks), plásticos e metais por papel;
- Permuta em 2007 de sucata proveniente da reforma dos elevadores do prédio-sede do TRT por cartuchos de toner para impressora;
 - Destinação de lâmpadas fluorescentes usadas no âmbito do TRT à empresa Brasil Recicle Ltda. (especializada para esse fim) para fins de descontaminação e destino final;
 - Descarte dos resíduos ambulatoriais e dos óleos;

- Coleta seletiva de resíduos no âmbito da Secretaria de Apoio Administrativo, com recipientes individuais para plásticos e vidros;
- Disciplinamento sobre o uso de papel – impressão frente e verso dos documentos e utilização de papel reciclado nos impressos;
- Ademais, para propiciar a divulgação do trabalho de artistas locais, foi criado o Espaço Cultural no prédio-sede do Tribunal e no prédio das Varas do Trabalho da Capital.

REFERÊNCIAS

- BOM JÚNIOR, Demétrio Luiz Pedro. *As Empresas Cumprem com a Responsabilidade Social?* Disponível eletronicamente: www.rh.com.br/ler.php?cod=3659. Acesso em agosto de 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio*. Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.
- MAXIMIANO, Antônio César Amaru. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. São Paulo: Editora Atlas, 2004.
- MOREIRA, Joaquim Manhães. *A Ética Empresarial no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1999.
- NADAS, Peter. *Ética e Responsabilidade Social*. Disponível eletronicamente: www.mapadaterro.wordpress.com. Acesso em agosto de 2008.
- QUEIROZ, Adele *et al.* *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.
- REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.
- RODRIGUEZ Y RODRIGUEZ, Martius Vicente. *Ética e Responsabilidade Social nas Empresas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.